*Igualdade das inteligências e pobreza:*

*os sentidos da emancipação na obra O mestre ignorante de Jacques Rancière*

**RESUMO**

O presente projeto tem por objetivo investigar, a partir da obra *O mestre ignorante* de Jacques Rancière, as relações entre pobre/pobreza e igualdade das inteligências, destacando, a partir dessas relações, o aspecto inventivo do conceito de emancipação formulado na obra. Em outras palavras, trata-se de investigar a possibilidade de compreender a questão da “igualdade das inteligências” dando centralidade ao tema da “pobreza”. Não se trata de estabelecer prioridades entre uma e outra, mas de trazer uma questão de natureza ética e política, a pobreza, para o centro de um debate ético-epistemológico, a igualdade das inteligências. Para realizar esse percurso pretendemos, inicialmente, reconstruir os passos de Rancière sobre a questão da “igualdade das inteligências”. Em seguida, pretendemos mostrar como o princípio da igualdade das inteligências é devedora de um debate sobre a pobreza. Finalmente, no terceiro momento do projeto, procuraremos mostrar como a dimensão inventiva do conceito de emancipação pode ser decisiva para a compreensão da relação entre igualdade de inteligências e pobreza.

**Palavras-chave**: Emancipação. Igualdade das Inteligências. Invenção. Pobreza. Jacques Rancière.

**1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Esse projeto de pesquisa tem por objetivo investigar, a partir da obra *O mestre ignorante* de Jacques Rancière, as relações entre pobre/pobreza e igualdade das inteligências, destacando, a partir dessas relações, o aspecto inventivo do conceito de emancipação formulado na obra. Em outras palavras, trata-se de investigar a possibilidade de compreender a questão da “igualdade das inteligências” dando centralidade ao tema da “pobreza”. Não se trata de estabelecer prioridades entre uma e outra, mas de trazer uma questão de natureza ética e política, a pobreza, para o centro de um debate ético-epistemológico, a igualdade das inteligências. Para realizar esse percurso pretendemos, inicialmente, reconstruir os passos de Rancière sobre a questão da “igualdade das inteligências”. Em seguida, pretendemos mostrar como o princípio da igualdade das inteligências é devedora de um debate sobre a pobreza. Finalmente, no terceiro momento do projeto, procuraremos mostrar como a dimensão inventiva do conceito de emancipação pode ser decisiva para a compreensão da relação entre igualdade de inteligências e pobreza.

**1.1 A** “**Igualdade das inteligências” segundo Jacques Rancière**

Em *O mestre ignorante,* publicado em 1987, Jacques Rancière revisita a história de um pedagogo esquecido pela história da pedagogia: Joseph Jacotot (1770-1840). Mas, se o faz, não é exatamente para lidar com um problema pedagógico, mas com uma questão política que possui pressupostos filosóficos. Segundo a análise feita pelo próprio autor no prefácio à edição brasileira, a França dos anos 80 estava polarizada entre duas estratégias de “redução das desigualdades” (RANCIÈRE, 2002, p. 11): de um lado, o republicanismo; do outro, o partido socialista influenciado pela sociologia de Pierre Bourdieu. Inscrevendo-se no seio desse debate, o tema principal de *O mestre ignorante* é apresentado por Rancière como sendo a igualdade:

Não se trata de uma questão de método, no sentido de formas particulares de aprendizagem, trata-se de uma *questão propriamente filosófica*: saber se o ato mesmo de receber a palavra do mestre – a palavra do outro – é testemunho de igualdade ou de desigualdade (RANCIÈRE, 2002, p. 11. Grifo meu)

A “igualdade das inteligências” aparece nesse debate como um princípio originalmente formulado por Joseph Jacotot e apropriado por Rancière. Mas do que se trata, exatamente? Historicamente, poderíamos traçar o surgimento do conceito a partir de uma experiência que fez Joseph Jacotot com seus alunos da universidade de Louvain em 1818. Jacotot ignorava o neerlandês, ao passo que seus estudantes ignoravam o francês. Em um “empirismo desesperado” (RANCIÈRE, 2002, p. 16), utilizou uma versão bilíngue do *Telêmaco* de Fénelon e lhes propôs que tentassem aprender o idioma de Jacotot pela comparação dos dois textos, o original em francês e a sua respectiva tradução em neerlandês, a língua materna dos estudantes. “A experiência superou suas expectativas” (RANCIÈRE, 2002, p. 16). Jacotot, que acreditava que a função do mestre não era outra que *explicar* (RANCIÈRE, 2002, p. 16), percebeu que seus alunos eram capazes de aprender sem a mediação de explicações. É a partir dessa experiência fundamental que Jacotot passa a questionar alguns dos pressupostos mais primordiais da pedagogia de sua época – e, consequentemente, também da forma de organização social da qual era contemporâneo.

Rancière então pergunta-se, junto da voz de Jacotot, pelo sentido filosófico dessa experiência: por que é que existe a “necessidade de explicações?” (RANCIÈRE, 2002, p. 17). Por que é necessário que, para aprender o que diz o livro, o aluno precise que alguém de inteligência superior lhe explique? É essa necessidade, afirma o filósofo, que “interrompe o movimento da razão, destrói sua confiança em si, expulsa-a de sua via própria, ao quebrar em dois o mundo da inteligência, ao instaurar a ruptura entre o animal que tateia e o pequeno cavalheiro instruído, entre o senso-comum e a ciência” (RANCIÈRE, 2002, p. 21). É portanto contra essa “paixão da desigualdade” (RANCIÈRE, 2002, p. 88), que separa o mundo da inteligência entre superiores e inferiores, ciência e senso-comum, pessoas comuns e pessoas de razão, que Rancière, apropriando-se do princípio de Jacotot, apresenta a *igualdade das inteligências:*

O que embrutece o povo não é a falta de instrução, mas a crença na inferioridade de sua inteligência. E o que embrutece os “inferiores” embrutece, ao mesmo tempo, os “superiores”. Pois só verifica sua inteligência aquele que fala a um semelhante, capaz de verificar a igualdade das duas inteligências (RANCIÈRE, 2002, p. 50)

A descoberta de Jacotot: “sem perceber, ele os havia feito descobrir o que ele próprio com eles descobria: todas as frases e, por conseguinte, todas as inteligências que as produzem são de mesma natureza” (RANCIÈRE, 2002, p. 22). A inteligência de *Fénelon,* ela mesma tradutora do grego de Homero e do latim de Virgílio, não era de outra natureza que a inteligência dos estudantes. Não se fazia assim necessária a intervenção do trabalho de uma inteligência *outra,* “nenhuma língua do mestre, nenhuma língua da língua cujas palavras e frases tenham o poder de dizer a razão das palavras e frases de um texto” (RANCIÈRE, 2002, p. 22). Forçando a vontade de seu filho, “o pai de família pobre verifica que eles têm a mesma inteligência, que seu filho pesquisa como ele; e o que o filho busca no livro é a inteligência daquele que o escreveu, para verificar se ela procede exatamente como a sua” (RANCIÈRE, 2002, p. 50). Essa *reciprocidade* é fundamental para o método emancipador, e é a partir desse princípio igualitário que a inteligência é capaz de explorar a sua própria potência. “O que nos interessa é a exploração dos poderes de cada homem, quando ele se julga igual a todos os outros e julga todos os outros iguais a si” (RANCIÈRE, 2002, p. 66).

O conceito de “igualdade das inteligências” é colocado numa posição estratégica na argumentação de Rancière, como um recurso para minarpela base o que o filósofo chama de “ordem explicadora” (RANCIÈRE, 2002, p. 17). Apesar de servir-se de uma metáfora pedagógica, Rancière afirma que tal lógica é anterior à pedagogia e a ultrapassa[[1]](#footnote-2): é o modelo da ação explicadora que, para se afirmar, têm necessidade de impor-se como necessária, e assim o faz decretando a impotência do outro – embrutecendo-o. Exploraremos esse conceito com mais profundidade em uma seção posterior. Por agora, enfatizemos a compreensão da ordem explicadora: o que garante esse ordenamento é a própria “ficção da desigualdade” (RANCIÈRE, 2002, p. 89) que instaura uma distância entre uma inteligência e aquilo que ela quer aprender, distância essa que é imposta e abolida pelo explicador, “que a desdobra e que a reabsorve no seio de sua palavra” (RANCIÈRE, 2002, p. 18). Nesse sentido, se a desigualdade é uma “ficção”, trata-se então de procurar por seu oposto, a saber, pela igualdade.

Mas, para Rancière, quais seriam os contornos mais precisos da igualdade das inteligências? Qual a sua relação com a pobreza?

**1.2 A pobreza como dimensão constitutiva do problema da igualdade das inteligências**

Nessa seção, apontaremos como a “igualdade das inteligências” é devedora de um debate sobre a pobreza. Apresentaremos três razões para pensar tal articulação.

A primeira razão é porque o “Ensino Universal” – criação de Joseph Jacotot – é ele mesmo apresentado por Rancière como o “método dos pobres” (RANCIÈRE, 2002, p. 112).

É, pois, preciso anunciar o Ensino Universal a todos. Antes de tudo, aos pobres, sem qualquer dúvida: eles não têm outro meio de se instruírem, não podem pagar explicadores particulares, nem passar longos anos nos bancos escolares. Acima de tudo, é sobre eles que pesa mais fortemente o preconceito da desigualdade das inteligências. São eles que devem ser reerguidos de sua posição de humilhação (RANCIÈRE, 2002, p. 111-112)

É evidente que o Ensino Universal de Jacotot teve por principais interlocutores os *pobres.* Mas, primeiramente, o que é que se está chamando de *pobres?* A partir da análise da passagem acima, há três características principais: 1) a ausência de meios para se instruírem (no caso, pagar pelas aulas de um explicador); 2) o fato de estarem completamente ou parcialmente *fora* do sistema de transmissão dos saberes vigente; 3) o estigma da desigualdade das inteligências, o fato de serem alvo de humilhação. A investigação dos dois primeiros aspectos guiaria o trabalho na direção da compreensão das privações materiais que, em grande medida, impedem os pobres tanto de pagar pelas aulas de um explicador quanto de integrarem-se ao sistema de transmissão de saberes. Contudo, seguir por essa trilha conduziria a pesquisa para um caminho diferente daquele que propomos aqui. Assim, para nos mantermos dentro das pretensões desse trabalho, aprofundemos no terceiro ponto.

Na sua crítica à sociedade pedagogizada, Rancière refaz a linha de pensamento republicana: eles têm por princípio a soberania do povo, mas tal povo não pode ser o mesmo que “a multidão ignorante e inteiramente entregue à defesa de seus interesses materiais” (RANCIÈRE, 2002, p. 135). E já que “a inteligência de um camponês atrasado não é a mesma que a de um líder republicano” (RANCIÈRE, 2002, p. 135), é necessário que essa diferença seja *atenuada.* A causa da igualdade – progressiva, que procede de pouco em pouco – “tem o mesmo *requisito*, a instrução do povo: a instrução dos ignorantes pelos sábios” (RANCIÈRE, 2002, p. 135). Os pobres, em Rancière, são marcados por serem os corpos sobre os quais mais pesa esse estigma do preconceito da desigualdade, esse rebaixamento de sua inteligência e de suas capacidades, aqueles que mais estão à mercê do embrutecimento, isto é, a “distância imaginária” (RANCIÈRE, 2002, p. 22) que separa um sujeito do que ele pode, justificando assim a necessidade da ordem explicadora.

A segunda razão para se considerar seriamente a relação entre pobreza e igualdade das inteligências está no fato de que a célebre fórmula do “pode-se ensinar o que se ignora” (RANCIÈRE, 2002, p. 27) é principalmente adereçada aos pais de família pobres, que não dispunham de recursos para pagar um explicador aos seus filhos. Jacotot, segundo Rancière, “proclamou que se pode ensinar o que se ignora e que um pai de família pobre e ignorante é capaz, se emancipado, de fazer a educação de seus filhos sem recorrer a qualquer explicador” (RANCIÈRE, 2002, p. 30). A igualdade das inteligências é a reciprocidade de princípio que permite que o pai ou a mãe de família pobres possam *verificar* o trabalho da inteligência de seus filhos, o princípio que torna *desnecessária* a submissão de seu filhos à ordem explicadora, ao mesmo tempo que também torna desnecessária a aquisição de ciência pela parte do pai (ou seja quem for executar o papel de “mestre ignorante”). “Pode-se ensinar o que se ignora” é principalmente o atestado da capacidade virtual de *fazer aprender* presente nos despossuídos de ciência, naqueles que estão parcial ou completamente fora (por exclusão) do sistema de instrução.

A terceira razão dessa articulação entre pobreza e igualdade das inteligências se encontra no fato de que verificamos, em toda obra de Rancière, uma centralidade do conceito de pobreza, uma insistência em pensar os pobres. Não apenas em *O mestre ignorante,* mas em outras obras como *Ódio à democracia* (2015)*, O desentendimento* (1996)*, Noite dos proletários* (1988)e *O filósofo e os seus pobres* (1983)*,* percebemos que há um constante esforço do autor por pensar a “parte dos sem-parcela” (RANCIÈRE, 1996, p. 117), os incompetentes, os excluídos, não apenas em um sentido de “explicar” ou “justificar” a sua exclusão, mas de pensar a *emancipação,* ou seja, a desordem, a imprevisibilidade, a subjetivação (RANCIÈRE, 1996, p. 126), as formas de travessia dissidentes em relação ao trajeto normal dos saberes sociais.

Nesse sentido, perguntamos: em que medida a igualdade das inteligências se relaciona com a emancipação dos pobres? Quais *usos* do conceito de igualdade das inteligências podem vir a ser benéficos para a sua emancipação?

**1.3 O aspecto inventivo da emancipação para a compreensão da relação pobreza – igualdade das inteligências**

No início de sua reflexão sobre o Ensino Universal, Rancière afirma: “a comparação não mais se estabelecia entre métodos, mas entre dois usos da inteligência e entre duas concepções da ordem intelectual” (RANCIÈRE, 2002, p. 26). Há dois *usos* da inteligência dominantes na sociedade: um, que Rancière chama de embrutecedor; outro, que chama de emancipatório. Compreendamos melhor esses termos.

Rancière mobiliza em seu pensamento uma categoria oposta para pensar a emancipação: o embrutecimento. Segundo o autor, a explicação – mecanismo pelo qual um espírito inferior acredita que a realidade só pode ser desvelada por um superior – divide o mundo entre sábios e ignorantes, homens com e sem gênio, superiores e inferiores. O embrutecimento acontece quando um sujeito adere ao “preconceito da desigualdade” (RANCIÈRE, 2002, p. 112): para que alguém aprenda algo, é preciso que um espírito superior lhe explique. Por um lado, embrutecido é aquele sujeito que não pensa por si, mas sempre recorre à tutela de um espírito superior que lhe diga a sua própria palavra. Por outro, emancipação é o ato de descoberta da igualdade das inteligências entre todas as pessoas, a possibilidade de apreensão direta do que uma pessoa fez e disse por uma outra pessoa qualquer, sem mediações explicativas. De modo que o mote da emancipação, por parte do mestre, seja formulado da seguinte maneira: “ensinei o que ignoro” (RANCIÈRE, 2002, p. 68). Desse modo, emancipação está ligada tanto com desordem, imprevisibilidade e subjetivação quanto com a descoberta da igualdade e a apreensão direta sem mediações explicativas. Voltaremos à compreensão do sentido de “emancipação” em um momento posterior. Nesse momento, explicitaremos um possível problema de compreensão do conceito de igualdade das inteligências a partir do seguinte trecho:

[...] há em todo homem, dizem eles, uma alma imaterial. Ela permite ao mais humilde conhecer as grandes verdades do bem e do mal, da consciência e do dever, de Deus e do julgamento. Quanto a isso, somos todos iguais e até concedemos que os mais humildes frequentemente nos superariam. Que isso lhes baste, pois, e não aspirem, ademais, a essas capacidades intelectuais, que são privilégio –muitas vezes, pesadamente adquirido –daqueles que têm por tarefa cuidar dos interesses gerais da sociedade (RANCIÈRE, 2002, p. 75)

Colocaríamos aqui uma possível dificuldade na leitura do conceito: em que medida, em uma leitura apressada, não podemos interpretar a igualdade das inteligências como essa “alma imaterial” descrita por Rancière? A “alma imaterial” seria essa concessão feita pelos privilegiados aos mais humildes, ainda que por precaução. Convém dizer que haja uma *igualdade* natural, potencial, em um plano ideal. Assim pode-se afirmar, por exemplo, que todas as pessoas nascem com uma inteligência igual. Mas essa igualdade é logo *sobrepujada* pela desigualdade “real” ou “histórica”, pelo fato de que alguns – seja por *empenho,* seja por terem o privilégio de poder se desenvolver *mais* – tenham sido mais bem-sucedidos do que os outros. Nesse sentido, a “igualdade das inteligências” se assemelharia a uma fórmula meritocrática: “Um indivíduo pode tudo o que quiser” (RANCIÈRE, 2002, p. 66), “quem quer, pode” (RANCIÈRE, 2002, p. 66)[[2]](#footnote-3). Pode-se condensar a argumentação da seguinte forma: os pobres poderiam ser tão inteligentes quanto os ricos, se não fossem pobres. A igualdade das inteligências, nessa leitura, não pode apresentar-se aos pobres senão como a possibilidade de “serem como” os privilegiados, se *tivessem se esforçado* (numa leitura mais à direita), se *tivessem sido instruídos como foram os privilegiados* (numa leitura mais à esquerda). É fundamental para a compreensão do conceito ter-se em mente que a igualdade das inteligências não é um *ideal* – isto seria confundir a igualdade das inteligências com a igualdade republicana que ela visa criticar[[3]](#footnote-4).

Não estamos afirmando que o cidadão é o homem ideal, revestido dos despojos do homem real, o habitante de um céu político igualitário que recobriria a realidade da desigualdade entre os homens concretos. Afirmamos que há igualdade entre os homens, isto é, entre indivíduos que se veem somente como seres razoáveis (RANCIÈRE, 2002, p. 98)

O ideal é da mesma natureza que a “alma imaterial” apresentada em uma passagem anterior. O ideal estabelece uma separação entre o mundo da igualdade “ideal” e o mundo da desigualdade “real”, estando o primeiro no horizonte, como uma promessa, e o segundo como a inescapável realidade. “Quem estabelece a igualdade como objetivo a ser atingido, a partir da situação de desigualdade, de fato a posterga até o infinito. A igualdade jamais vem após, como resultado a ser atingido. Ela deve sempre ser colocada antes” (RANCIÈRE, 2002, p. 10-11). Para alguns comentadores (MAY (2008), DERANTY (2010) e DAVIS (2010)), essa afirmação da igualdade como *ponto de partida* e não como ponto de chegada é um dos aspectos cruciais da obra. No entanto, acreditamos que o seu uso como refrão pode separar o conceito daquilo que ele pretende significar. O que de fato significa estabelecer a igualdade como ponto de partida? Significa que os pobres têm a mesma capacidade de aprender que os privilegiados? Ou, então, que todos têm a capacidade de aprender sozinhos – isto é, de modo autodidata?

A obra de Rancière nos apresenta outros aspectos para se pensar a igualdade das inteligências desde outro ponto de vista, e que – pensamos – existe nesse conceito uma potência emancipatória ainda não totalmente explorada. Isso porque, embora seja considerado o método dos pobres, o Ensino Universal não é “um método *de* pobres. É um método de homens, isto é, de inventores. Quem o empregar, quaisquer que sejam sua ciência e posição social, multiplicará seus poderes intelectuais” (RANCIÈRE, 2002, p. 112). Damos ênfase para a palavra *inventores.* O interesse de Rancière não é mostrar que é possível aos pobres “equipararem-se” à inteligência dos privilegiados. Não se trata de adquirir as capacidades intelectuais da mesma maneira que os privilegiados. Pensar a inteligência dessa maneiranos separa do que ela verdadeiramente pode, isto é, do seu aspecto *inventivo.*

Mas a inteligência que os fizera aprender o francês em Telêmaco era a mesma que os havia feito aprender a língua materna: observando e retendo, repetindo e verificando, associando o que buscavam aprender àquilo que já conheciam, fazendo e refletindo sobre o que haviam feito. Eles haviam procedido como não se deve proceder, como fazem as crianças, por adivinhação. E a questão, assim, se impunha: não seria necessário inverter a ordem admitida dos valores intelectuais? Não seria esse método maldito, da *adivinhação*, o verdadeiro movimento da inteligência humana que toma posse de seu próprio poder? E sua proscrição não marcaria, na verdade, a vontade de dividir em dois o mundo da inteligência? (RANCIÈRE, 2002, p. 23. Grifo meu)

Os “metodistas” qualificam esse método – o da adivinhação – como o caminho débil e infantil do acaso, opondo a ele o da *razão,* a progressão do simples ao complexo, a ordem necessária em que se aprende o que quer que seja. Para Rancière, no entanto, a adivinhação é o próprio método dos inventores. Afinal, toda palavra, “dita ou escrita, é uma tradução que só ganha sentido na contra-tradução, na *invenção* das causas possíveis para o som que ouviu ou o traço escrito: vontade de adivinhar que se apega a todos os indícios” (RANCIÈRE, 2002, p. 73. Grifo meu). Isso significa dizer que o resultado do contato entre a inteligência do aluno e a do livro não pode ser *previsto.* A inteligência não é apenas a potência de apreensão do conteúdo de uma obra humana, mas a potência de *invenção* das formas de apreensão. O “método Jacotot” (e, por conseguinte, a igualdade das inteligências) não é o atestado da possibilidade de se apreender uma obra humana *da mesma maneira* (no caso, a maneira Jacotot), mas a afirmação da *multiplicidade* das possibilidades de apreensão*.* Não nos deixemos enganar: não se trata de opor o caminho da adivinhação (tentativa e erro, o “caótico”) ao caminho ordenado da razão. A oposição feita por Rancière – insistimos – não é entre caos e ordem, nem entre aprender “sozinho” e aprender por meio de exposições orais, mas entre contingência e necessidade. Compreendemos que os exemplos, histórias e conceitos mobilizados por Rancière (o método da adivinhação, o autodidatismo dos alunos de Jacotot, o Ensino Universal) não são *modelos* de emancipação, isto é, não têm por objetivo a *substituição* de um modo de proceder por outro melhor, mas têm por objetivo *romper* um certo modo de fazer que se cristalizou como *necessário,* introduzir uma diferença no seio daquilo que acreditávamos se passar sempre do mesmo jeito. Uma contingência, uma abertura dos conceitos a possibilidades ainda não preestabelecidas. “Não é, pois, o procedimento, a marcha, a maneira que emancipa ou embrutece, é o princípio” (RANCIÈRE, 2002, p. 39). Os procedimentos descritos por Rancière servem como *contraexemplos,* como dispositivos que desmancham a ordem explicadora e o seu império da necessidade. Sendo o princípio que verdadeiramente importa a igualdade das inteligências, isto é, a emancipação, torna-se bem claro que o problema não é qual a forma utilizada, mas sim “revelar uma inteligência a ela mesma” (RANCIÈRE, 2002, p. 39). Não se trata de preferir o autodidatismo à aprendizagem pela exposição oral, mas de colocar-se “contra o curso natural das coisas” (RANCIÈRE, 2002, p. 14) e “*inventar* as formas, individuais ou coletivas, de sua verificação [da igualdade]” (RANCIÈRE, 2002, p. 14. Grifo meu).

Organizando a nossa argumentação de modo mais preciso: na diferença entre emancipação e embrutecimento, a igualdade das inteligências não é apenas a noção que afirma que os pobres e excluídos *têm a capacidade potencial* de aprender qualquer coisa, assim como os privilegiados. Isso seria, mais uma vez, fazer uma leitura muito apressada que retira do conceito aquilo que traz de novo. A igualdade das inteligências se caracteriza pela afirmação da *capacidade de criação das formas de apreensão* de qualquer coisa*,* o qual é um uso da inteligência totalmente distinto do uso embrutecedor. A emancipação em Rancière não pode ser pensada separada de sua dimensão intrinsecamente inventiva.

O Ensino Universal é, sim, considerado o método dos pobres. Mas não o é por ser “um simples expediente que permite ao pobre que não tem tempo, nem dinheiro, nem saber, instruir seus filhos” (RANCIÈRE, 2002, p. 43). O Ensino Universal não é um *substituto* do “Velho” (termo que Jacotot utiliza para nomear o modo de ensinar dominante de seu tempo), mas “a experiência crucial que libera os puros poderes da razão, lá onde a ciência não pode mais vir a seu socorro” (RANCIÈRE, 2002, p. 43). O Ensino Universal não é emancipatório porque permite aos pobres adquirirem as mesmas capacidades intelectuais que os ricos. O Ensino Universal – e a tese da igualdade das inteligências, por conseguinte – é emancipatório porque mostra que não há identidade entre uma ciência e sua forma de apreensão, porque afirma a “falta de regras de relação” (HUSSAK, 2013, p. 109) entre o sentido e o sensível, porque mina o *consenso* (RANCIÈRE, 1996, p. 135) estabelecido entre uma competência e seus requisitos de obtenção. Pode-se falar em emancipação quando o ignorante, *a partir de sua ignorância*, inventa – sozinho ou com outros – uma inteligibilidade singular entre ele mesmo e aquilo que quer aprender. Não se trata, então, de aprender *o que se deve aprender* nem *como se deve aprender,* mas de criar uma forma de conexão singular com aquilo que deveria aparecer apenas como *mudo* (RANCIÈRE, 2002, p. 18).

Por que insistir no aspecto inventivo do conceito de emancipação? Primeiramente, porque cremos que a principal contribuição de Rancière foi, antes de tudo, *inventiva.* Não no sentido em que tenha apresentado um método “inovador”. Na verdade – e Rancière o afirma sem dificuldade –, o “método” do Ensino Universal é “o mais velho de todos e não pára de ser ratificado, todos os dias, em todas as circunstâncias em que o indivíduo tem necessidade de se apropriar de um conhecimento que não tem como fazer que lhe seja explicado” (RANCIÈRE, 2002, p. 28). A inventividade de Jacotot está em, precisamente, ter feito uma descoberta *óbvia.* O Telêmaco (livro utilizado por Jacotot em sua primeira experiência com o Ensino Universal) não é para ser visto como uma representação de seu método, mas apenas como uma amostra do que pode uma inteligência que ousa se servir de si mesma.

O louco – o Fundador, como o chamam seus sectários – entra em cena com seu Telêmaco, um livro, uma coisa. – Toma e lê, diz ele ao pobre. – Eu não sei ler, responde o pobre. Como compreenderia eu o que está escrito no livro? – Da forma como compreendeste todas as coisas, até aqui: comparando dois fatos (RANCIÈRE, 2002, p. 34)

E, da mesma maneira que Jacotot se serve de sua inteligência para pensar em um modo de fazer aprender qualquer coisa, explorando recursos que não eram considerados “válidos”, incita o seu interlocutor a fazer o mesmo. “Saberias tu reconhecer aí a letra O que um de meus alunos – serralheiro de profissão – denomina a redonda, a letra L que ele chama de esquadro? Conta-me a forma de cada letra como descreverias as formas de um objeto ou lugar desconhecido” (RANCIÈRE, 2002, p. 34). A experiência de ignorância partilhada entre o mestre e seu estudante permite que as inteligências explorem novas possibilidades, que elas abandonem os recursos de sempre, isto é, as rotas que lhes foram prescritas. A ignorância é aqui entendida não como carência ou falta de saber, mas como possibilidade de emergência do novo.

A igualdade das inteligências é articulada no pensamento de Rancière como o princípio que permite aos pobres o questionamento da ficção da desigualdade, o rompimento com os estigmas que os rebaixam (o embrutecimento) e, ao mesmo tempo, a busca de meios para a *invenção* de formas de verificação da igualdade, este sendo o uso emancipatório da inteligência.

Por fim, uma das formas de compreender essa pesquisa é enxergá-la como esforço de investigação das possibilidades inventivas do conceito de emancipação, dando centralidade à compreensão das relações entre pobre/pobreza e igualdade das inteligências.A resposta para essa questão se dará através da investigação e da articulação, a partir da obra *O mestre ignorante* de Jacques Rancière, das noções de igualdade das inteligências, pobre/pobreza, emancipação e invenção.

**2. OBJETIVO GERAL**

Trata-se de investigar, a partir da obra *O mestre ignorante* de Jacques Rancière, as relações entre pobre/pobreza e igualdade das inteligências, destacando, a partir dessas relações, o aspecto inventivo do conceito de emancipação formulado na obra.

**3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1 - Analisar os contornos mais precisos do princípio da igualdade das inteligências. Para tal, será preciso se debruçar com mais cuidado sobre os capítulos *Uma aventura intelectual* e *A lição do ignorante*. Também nos apoiaremos no capítulo “The ignorant schoolmaster: knowledge and authority” de Yves Citton presente no trabalho organizado por DERANTY (2010) e no Capítulo “The Early Politics: From Pedagogy to Equality” de DAVIS (2010).

2 - Analisar a questão da pobreza e dos pobres. O que Rancière entende exatamente por pobreza/pobre em *O mestre ignorante*? Para tal, se fará necessária a análise aprofundada do capítulo *A sociedade do desprezo.* Também será utilizado aqui o capítulo “O começo da política” que compõe o livro *O desentendimento.*

3 - Explorar as relações entre pobre/pobreza e o princípio da igualdade de inteligências. Para realizar este objetivo, daremos prioridade à leitura do capítulo “A razão dos iguais”*.* Também nos apoiaremos nos capítulos 1 e 2 da obra de MAY (2008), “Passive Equality” e “Active Equality: Democratic Politics”.

3.1 - Analisar os contornos da noção de emancipação a partir das relações entre pobre/pobreza e o princípio da igualdade de inteligências. Apoiaremos nossa leitura no sub-capítulo “Jacotot and radical equality” do trabalho de DAVIS (2010) e e também na obra *Rancière: Rethinking Emancipation* de HEWLETT, N. e BADIOU, B. (2007)*.*

3.2 - Analisar os contornos da noção de invenção/”método de inventores” a partir das relações entre pobre/pobreza e o princípio da Igualdade de inteligências. Aqui, será preciso analisar com mais cuidado os sub-capítulos “Uma vontade servida por uma inteligência”, “A razão e a língua”, “Eu também sou pintor” e “A lição dos poetas”.Também nos apoiaremos no capítulo “The ignorant schoolmaster: knowledge and authority” de Yves Citton presente no trabalho organizado por DURANTY (2010).

**4. MATERIAIS E MÉTODOS**

Tomando como base o livro *O mestre ignorante* de Jacques Rancière, a pesquisa procederá como depuração conceituale análise das relações entre as noções de “igualdade das inteligências”, “pobreza”, “emancipação” e “invenção”. Os trabalhos apresentados nos objetivos específicos e presentes nas referências bibliográficas, além de outros que poderão ser adicionados no transcorrer do trabalho, serão utilizados como material da pesquisa.

**5. PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA**

Dividiremos em quatro (4) semestres o tempo total da pesquisa, que será de dois (2) anos:

A) Realizar, no primeiro semestre, os objetivos apresentados em (1) e as disciplinas obrigatórias do programa.

B) Realizar, no segundo semestre, os objetivos apresentados em (2) e (3) e a redação do relatório parcial que será o texto da qualificação.

C) Preparar, no terceiro semestre, o objetivo apresentado em (3.1).

D) Apresentar, no fim do quarto semestre, o objetivo apresentado em (3.2) e a redação do relatório final que será o texto de defesa da dissertação.

**6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

1. BARBOSA, I.; MULLER, A.; SANTOS, J. **Uma perspectiva empoderadora:** um olhar sobre as obras de Freire e Rancière. Sapere aude. Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 554-563, ago./dez. 2017.
2. BENVENUTO, A.; CORNU, L.; VERMEREN, P. **Atualidade de O mestre ignorante*.*** Educação e Sociedade.Campinas, vol. 24, n. 82, p. 185-202, abril 2003.
3. **BIOGRAPHIE universelle, ancienne et moderne**. Tome soixante-huitième. Paris: L.-G. Michaud, 1841.
4. CACHOPO, J-P. Momentos estéticos: Rancière e a política da arte. **AISTHE**, Vol. VII, n. 11, p. 21-41, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Aisthe/article/view/2190/1911>. Acesso em: 13 abril 2021.
5. CORNU, L.; VERMEREN, P. **La Philosophie deplacée**: autour de Jacques Rancière*.* Paris: Horlieu, 2006.
6. DAVIS, O. **Jacques Rancière**. Cambridge: Polity Press, 2010.
7. DEBUS, J. **A autonomia do estudante nas relações de ensino e aprendizagem**:reflexões sobre a atualidade do conceito de autonomia. Educação e Emancipação. São Luís, v. 12, n. 2, maio/ago. 2019.
8. DERANTY, J.-P. **Jacques Rancière Key Concepts**. Durham: Acumen, 2010.
9. DERANTY, J.-P.; ROSS, A. **Jacques Rancière and the contemporary scene**: the philosophy of radical equality. New York: Continuum, 2012.
10. DURIETZ, A. M. **Traité Complet de la méthode Jacotot**. Paris: L. Dureil, 1830.
11. FEOLA, M. **The powers of sensibility**: aesthetic politics through Adorno, Foucault, and Rancière. Evanston: Northwestern University Press, 2018.
12. FILHO, N.; NETO, F. **Autonomia e emancipação em Jacquès Rancière e Paulo Freire.** Educação e emancipação. São Luís, v. 12, n.2, maio/ago. 2019
13. GALLO, S.; MARTINS, V. **Educação como percurso**:por uma mestria ativa, criativa e inventiva na educação de surdos. Bakhtiniana. São Paulo, 13 (3): p. 83-103, Set./Dez. 2018.
14. GIMBO, F. **Emancipação intelectual e democracia**: para uma filosofia crítica da educação a partir de Jacques Rancière e Paulo Freire. Revista de Filosofia. Amargosa, Bahia, v. 16, n. 2, p. 270-284, dezembro 2017.
15. GRECO, M-B. **Rancière et Jacotot**: une critique du concept d'autorité*.* Paris: UHarmattan, 2007.
16. HEWLETT, N.; BADIOU, B. **Rancière**: Rethinking Emancipation*.* London: Continuum, 2007.
17. HUSSAK, P. Entrevista com Jacques Rancière. **AISTHE**, Vol. VII, n. 11, p. 102-109, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Aisthe/article/view/2195/1916>. Acesso em: 13 abril 2021.
18. HURTADO, J. A política do ócio plebeu: vida e ação em Rancière. **AISTHE**, Vol. VIII, n. 12, p. 19-34, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Aisthe/article/view/10527/7836>. Acesso em: 13 abril 2021.
19. JACOTOT, J. **Langue Étrangère***.* Paris: V. Jacotot, 1852.
20. JACOTOT, J. **Langue maternelle**. Paris: Ducessois, 1841. p. 280.
21. JACOTOT, J. **Mélanges póstumes*.*** Paris: H.-V. Jacotot, 1852.
22. KERLY, Q.; MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. **Das Ethos kritischer Forschung**.In NIEKE, M; MASSCHELEIN, J; PONGRATZ, L. (org). Nach Foucault*.* Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004.
23. KOHAN, W. **Paulo Freire e o valor da igualdade em educação.** Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 45, e201600, 2019.
24. KOHAN, W. **Childhood, education and philosophy**: new ideas for an old relationship. New York: Routledge, 2015.
25. MARQUES, A.; PRADO, M. **Diálogos e dissidências**: Michel Foucault e Jacques Rancière. Curitiba: Appris, 2018.
26. MAY, T. **The political thought of Jacques Rancière**: Creating Equality. Edinburgh: University Press, 2008.
27. MURTA, C. **Metodologia EAD.** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Educação Aberta e à Distância, 2011.
28. PASQUALATTO, T. A emancipação intelectual como proposta metodológica. In: X Congresso Nacional de Educação – Educere. **Anais**… Curitiba, 2011. p. 5418-5429.
29. PEREZ, B. **Jacotot et sa méthode d’émancipation intelectuelle**. Paris: Germer Baillière et Cie, 1883.
30. PHILLIPS, J. W. P. **On Rancière and Derrida on Plato**. Theory, Culture & Society, 19 Novembro 2010. Disponivel em: https://www.theoryculturesociety.org/john-w-p-phillips-on-ranciere-and-derrida-on-plato/. Acesso em: 13 abril 2021.
31. RANCIÈRE, J.; PANAGIA, D. Dissenting Words: A Conversation with Jacques Rancière. **Diacritics**, v. 30, n. 2, p. 113-126, 2000.
32. RANCIÈRE, J. **Aisthesis**: Scenes from the Aesthetic Regime of Art. London: Verso, 2013.
33. RANCIÈRE, J. **Aesthetics and its discontents**. Cambridge: Polity press, 2009.
34. RANCIÈRE, J. **La Nuit des prolétaires**. Archives du rêve ouvrier*.* Paris, Fayard, 1981.
35. RANCIÈRE, J. **Le Philosophe et ses pauvres**. Paris, Fayard, 1983.
36. RANCIÈRE, J. **Le Maître ignorant**. Cinq Leçons sur l’émancipation intellectuelle.Paris, Fayard, 1987.
37. RANCIÈRE, J. **La Mésentente**. Politique et philosophie*.* Paris, Galilée, coll. «La philosophie en effet», 1995.
38. RANCIÈRE, J. **Le Partage du sensible**. Paris. La Fabrique, 2000.
39. RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: 34, 2005.
40. RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
41. RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: 34, 1996.
42. SÉPRÉS, P.Y. de. **Manuel complet de l’enseignement universel ou application de la méthode Jacotot**. Paris: Mansut fils, 1840.
43. S.V.D.W. **Sommaire des leçons publiques de M. Jacotot sur les principes de l’enseignement universel**. Louvain: Vanlinthout et Vandenzande, 1823.

1. De acordo com DAVIS (2010, p. 28, tradução minha), “seria muito enganoso descrevê-lo [*O mestre ignorante*]como uma análise de Jacotot e seu método, ou mesmo como uma discussão dos conceitos evocados (progressivismo, explicação)”. O livro se assemelharia mais, segundo o autor, a um “conto filosófico que oferece resistência material a uma análise conceitual fácil”. [↑](#footnote-ref-2)
2. Segundo CITTON (2010, p. 31, tradução minha), “slogans modelados no padrão “sim, você pode!” podem ser tanto emancipatórios quanto opressivos. Sua natureza empoderadora é muitas vezes contrabalançada por uma ideologia de livre arbítrio e escolha não condicionada, que tende a culpar o destino das vítimas por sua falta de "força de vontade", ao invés da situação que condicionou suas escolhas”. Apoiaremo-nos em seu trabalho para nos aprofundarmos nos problemas da interpretação meritocrática do conceito de igualdade das inteligências. [↑](#footnote-ref-3)
3. MAY (2008, p. 2, tradução minha) identifica no trabalho de Rancière uma distinção entre “igualdade passiva” e “igualdade ativa”, na qual nos apoiaremos para compreender melhor o conceito rancièriano de igualdade. [↑](#footnote-ref-4)